

SAÚDE DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS NO BRASIL: UMA DURA REALIDADE A SER ESTUDADA VISANDO GERAR POLÍTICAS PÚBLICAS

Lilian Fernanda Demarco Campana de Oliveira

Especialista em Saúde Pública, Faculdade de Medicina, UFRGS

Cirurgiã Dentista

Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul – Pr.

lilianfdemarco@gmail.com

Darci Barnech Campani

Departamento de Engenharia Mecânica, Escola de Engenharia, UFRGS

campani@ufrgs.br

RESUMO: Os catadores de recicláveis desempenham um papel essencial na gestão de resíduos sólidos urbanos, tendo uma contribuição significativa para a sustentabilidade ambiental ao promover a reciclagem. O presente trabalho apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre os catadores de recicláveis, explorando suas condições de trabalho, impactos socioeconômicos e o contexto das políticas públicas voltadas para sua inclusão social. A pesquisa envolveu a análise crítica de estudos acadêmicos e documentos governamentais, focando na compreensão das principais questões enfrentadas por esse grupo. O resultado dessa revisão oferece uma importante percepção sobre as barreiras enfrentadas pelos catadores de recicláveis ao acesso dos serviços públicos de saúde. Além disso, aponta para a necessidade da reformulação de estratégias que promovam melhores condições de vida e reconhecimento para esses grupos.

Palavras-chave: catador de material reciclável; saúde do trabalhador; condições de trabalho.



ABSTRACT: *Waste pickers play an essential role in urban solid waste management, making a significant contribution to environmental sustainability by promoting recycling. This paper presents a systematic review of the literature on waste pickers, exploring their working conditions, socioeconomic impacts, and the context of public policies aimed at their social inclusion. The research involved critical analysis of academic studies and government documents, focusing on understanding the main issues faced by this group. The result of this review provides important insights into the barriers faced by waste pickers in accessing public health services. In addition, it points to the need to reformulate strategies that promote better living conditions and recognition for these groups.*

Key-words: *Waste Pickers; Occupational Health; Working Conditions*

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis é de extrema importância para a gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos (RSU) e para a promoção da economia, sendo, também, de grande ajuda no controle de agravos sanitários. No ano de 2023, constavam cerca de 2.941 organizações de catadores e 86.878 catadores atuantes nas organizações. Dados indicam um aumento de 61% no número de cooperativas criadas entre os anos de 2019 a 2022 (Anuário de Reciclagem, 2023, p.9;23;36). A Associação dos Agentes Ambientais Catadores de Materiais Recicláveis de Jandaia do Sul (ASCAMAR), localizada em Jandaia do Sul, PR, é responsável pela coleta seletiva no município. Jandaia do Sul possui uma população de 21.408 habitantes e uma densidade demográfica de 114,12 habitantes por km² (IBGE, 2022). A ASCAMAR coleta aproximadamente 1,2 toneladas de materiais recicláveis por dia (BOLDRIN, 2018) e conta com um quadro fixo de quinze funcionários.

O aumento expressivo no número de organizações de catadores e no envolvimento de indivíduos nessa atividade reflete não apenas a demanda por soluções ambientalmente conscientes, mas também a falta de oportunidades econômicas para muitos brasileiros. O aumento da população e dos padrões de consumo, aliado a uma gestão inadequada de resíduos, contribui para a sobrecarga enfrentada pelos catadores e para a perpetuação de condições precárias de trabalho.

A grande maioria dos indivíduos que procuram esse tipo de atividade advém de uma família com baixas renda e escolaridade. O trabalho dos pais acaba por determinar, na maioria das vezes, o dos filhos, que, já inseridos dentro dessa realidade, acabam por seguir as mesmas “escolhas”. A falta de oportunidade de emprego advém de uma realidade na qual o mercado se encontra saturado e, devido a isso, tem exigido um nível cada vez maior de escolaridade, oportunidade que não faz parte de uma grande parcela da população brasileira, principalmente àqueles que se encontram em risco e vulnerabilidade social.

A globalização tem sido um fenômeno de grande transformação que rodeia e interfere em todos os aspectos da sociedade contemporânea. Em uma de suas ramificações, destaca-se a influência sobre os processos de trabalho. Conforme as fronteiras econômicas e geográficas se desvanecem, as empresas enfrentam um novo paradigma de competição e colaboração em um mercado globalizado. Nesse contexto, a qualificação mínima dos trabalhadores surge como um requisito essencial para acompanhar as demandas e desafios impostos pela economia global (BARROS *et al.*, 2017).

1.1. Definição do Problema

Nos últimos anos, pode ser observada uma mudança significativa nos requisitos de habilidades e competências exigidos pelos empregadores. A ascensão da economia baseada no conhecimento tem impulsionado avanços tecnológicos e, pela exigência de inovação, tem redefinido o perfil do trabalhador ideal. Já não basta apenas possuir habilidades básicas; agora, é imprescindível



possuir um conjunto diversificado de competências técnicas, intelectuais e sociais para prosperar em um ambiente de trabalho cada vez mais complexo (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

Essa evolução é alimentada não apenas pela pressão competitiva das empresas em escala global, mas também pela rápida evolução tecnológica, que tem redefinido as próprias estruturas e processos de trabalho. A automação, a inteligência artificial e a digitalização estão se tornando partes integrantes de muitas indústrias, exigindo uma força de trabalho capacitada e adaptável para operar e inovar nesse novo cenário. No entanto, mesmo diante desse imperativo de qualificação, persistem desafios significativos em termos de acesso equitativo à educação e oportunidades de formação. A globalização também aumenta as disparidades socioeconômicas, criando uma divisão entre os trabalhadores qualificados e os não qualificados, o que pode agravar as desigualdades existentes (RIZZOTTI; NALESSO, 2022; YAMIN; GAVIRAGHI, 2023).

Algumas legislações têm desempenhado um importante papel na tentativa de inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, reconhecendo a importância de seu trabalho para a sustentabilidade ambiental e para a gestão adequada dos resíduos sólidos. Essas leis representam um avanço significativo na valorização desses profissionais, oferecendo-lhes oportunidades de trabalho digno, acesso a direitos e garantias, além de contribuir para o fortalecimento do setor de reciclagem, como a Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

O Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 estabelece a responsabilidade compartilhada entre fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Além disso, impõe a implementação de sistemas de logística reversa para produtos específicos, como embalagens e equipamentos eletroeletrônicos. Também exige que empresas e municípios elaborem planos de gerenciamento de resíduos sólidos, promovendo a educação ambiental como uma ferramenta crucial para conscientizar sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem de resíduos. Esse decreto representa um avanço significativo para a sustentabilidade e a proteção ambiental no Brasil, incentivando práticas que buscam minimizar os impactos negativos dos resíduos sólidos no meio ambiente. Além disso, o decreto determina que os resíduos recicláveis separados devem ser destinados às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. O decreto visa não apenas promover a inclusão social e econômica dos catadores, mas também garantir que esses materiais sejam adequadamente recolhidos, triados e encaminhados para reciclagem.

Ao direcionar os resíduos recicláveis para as associações e cooperativas de catadores, o decreto contribui para fortalecer o setor da reciclagem, gerar empregos e renda para os catadores, além de promover a conscientização sobre a importância da separação dos resíduos e da prática da reciclagem nos locais de trabalho. É importante destacar que o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 é parte de um esforço mais amplo do governo brasileiro para promover a gestão sustentável dos resíduos sólidos e para alcançar as metas estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) (BRASIL, 2010). Um dos aspectos importantes da Lei 12.305/10 é a disposição final ambientalmente adequados rejeitos, que enfatiza a importância de encaminhar os resíduos para locais que atendam aos critérios técnicos e ambientais estabelecidos, visando evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública.

Também é relevante mencionar que o Art. 75, inc. IV, alínea “j” da Lei 14.133/2021. Essa disposição dispensa a necessidade de licitação na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, desde que realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis. Essa medida visa promover a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, garantindo-lhes oportunidades de trabalho e renda, ao mesmo tempo em que fomenta a reciclagem e a reutilização de materiais, contribuindo para a redução do volume de resíduos destinados aos aterros sanitários.



Para Vasconcelos; Guimarães e Zaneti (2018), iniciativas locais e legislações que também impactaram significativamente o mercado desses trabalhadores, especialmente no contexto da economia circular e da sustentabilidade ambiental, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um exemplo desse tipo de movimento. O MNCR, fundado em 1999, representa uma rede de organizações de catadores de materiais recicláveis em todo o Brasil. Esse movimento surgiu como uma resposta às condições precárias de trabalho enfrentadas pelos catadores, buscando não apenas melhores condições laborais, mas também reconhecimento e inclusão social para esses trabalhadores essenciais para a cadeia de reciclagem.

Uma importante conquista para o MNCR e para a valorização do trabalho dos catadores foi a sanção da Lei no 12.305, em 2 de agosto de 2010, conhecida como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Essa legislação representou um marco na gestão de resíduos no Brasil, estabelecendo diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, com foco na redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos. A PNRS reconhece o papel fundamental dos catadores de materiais recicláveis no processo de reciclagem e prevê a sua inclusão nas políticas públicas de resíduos sólidos, incentivando a criação de cooperativas e associações de catadores, bem como o apoio técnico e financeiro para esses empreendimentos. Assim, o reconhecimento do MNCR e a promulgação da PNRS representam não apenas conquistas para os catadores de materiais recicláveis, mas também exemplos de como políticas públicas podem ser implementadas para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a valorização do trabalho em um contexto de mudanças globais e desafios socioambientais.

1.2. Justificativa

Apesar da importância desse trabalho e de avanços legislativos na tentativa de diminuir as disparidades, os catadores enfrentam uma série de desafios significativos, desde a exposição a riscos físicos e emocionais até a falta de reconhecimento e direitos trabalhistas. Esses profissionais enfrentam condições adversas que afetam não apenas sua saúde e bem-estar, mas também sua dignidade e inclusão social.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura. Os dados coletados foram tratados de forma confidencial, garantindo a preservação da identidade dos participantes e respeitando todas as diretrizes éticas estabelecidas. A revisão sistemática será realizada por meio de buscas sistemáticas em bases de dados acadêmicas, a saber: BVS; LILACS; CAPS e portal periódicos UFRGS, utilizando termos de busca específicos relacionados aos catadores de materiais recicláveis e sua saúde.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho não é apenas uma atividade que visa o sustento; ele vai além dessa função básica e se entrelaça com a própria identidade e relações sociais de uma pessoa. Trata-se de uma ontologia do ser social; está intrinsecamente ligado à existência humana em qualquer sociedade, de certa forma. O trabalho é tanto produto quanto produtor do ser social. Nos primórdios, o homem trabalhava para atender às suas necessidades vitais e, conforme elas eram satisfeitas, surgiram novas, impulsionando mudanças na forma como o trabalho era apresentado. Na sociedade capitalista, o trabalho assumiu diferentes formas, desde a produção para a sobrevivência até a criação de mercadorias para a comercialização. O trabalho não é apenas uma atividade individual; ele também molda a vida social. A maneira como o trabalho é organizado e apresentado afeta o perfil do trabalhador e suas relações uns com os outros. A sociabilidade emerge do contexto do trabalho e influencia a maneira como as pessoas se relacionam na



sociedade. Também fornece identidade e um senso de propósito, ele define o indivíduo e sua conexão com os demais membros da sociedade. Através do trabalho, as pessoas contribuem para algo maior e se inserem no arranjo social.

A profissão de catador remonta a períodos históricos em que as sociedades eram estratificadas por hierarquias socioeconômicas e raciais. Durante a época da escravidão, por exemplo, os catadores eram frequentemente pessoas menos favorecidas, muitas vezes negras, encarregadas de realizar os serviços de limpeza nas áreas nobres das cidades, para que o lixo e sujeira fossem tiradas das vistas dos mais nobres. Essa divisão de trabalho refletia não apenas as disparidades socioeconômicas da sociedade, mas também as estruturas de poder e privilégio. Enquanto os mais ricos e poderosos podiam se dar ao luxo de evitar o contato direto com os resíduos e a sujeira, delegando essas tarefas aos catadores, estes últimos eram relegados a uma posição de marginalização e exploração. Essa história ressalta a exploração sistemática de certos grupos sociais ao longo da história e aponta para a necessidade de reconhecimento e valorização do trabalho dos catadores.

No Brasil, existem três tipos de atividades de coletas de recicláveis: 1) desorganizadas ou autônomas; 2) catadores organizados que trabalham por meio de associações e cooperativas; e 3) catadores que trabalham com contratos com ferros-

velhos, metalúrgicos setores industriais, públicos municipais, ou em associações e cooperativas. Na coleta desorganizada ou autônoma, os catadores trabalham de forma independente ou em pequenos grupos, frequentemente sem qualquer tipo de organização formal. Eles transitam áreas residenciais, comerciais e de descarte, buscando materiais recicláveis que possam ser vendidos para empresas de reciclagem. De todas as modalidades, o que se apresenta mais vulnerável acaba por ser os que trabalham de forma autônoma. Eles acabam por armazenar os resíduos coletados em suas próprias casas, pois a grande maioria não dispõe de condições para construir barracões anexos às residências para armazenagem do material. E como o valor monetário se dá através do peso do material, acabam por ficar muitos dias armazenados em seus quintais, a fim de juntar um montante que valha a pena o deslocamento até os compradores.

Em comparação, existem os catadores organizados em associações e cooperativas. Nessa modalidade, os catadores se unem para realizar a coleta de forma mais coordenada e estruturada. As associações e cooperativas oferecem melhores condições de trabalho, acesso a equipamentos de segurança e oportunidades de capacitação profissional. Além disso, essas organizações desempenham um papel importante na defesa dos direitos dos catadores e na promoção de políticas públicas voltadas para a inclusão socioeconômica desses trabalhadores.

Por fim, há os catadores que estabelecem contratos ou parcerias com instituições públicas ou privadas, como ferros-velhos, indústrias e prefeituras. Nesse modelo, os catadores podem ter acordos formais para coletar materiais recicláveis em áreas específicas ou estabelecimentos comerciais. Embora isso possa oferecer certa estabilidade financeira, os catadores ainda enfrentam desafios, como a dependência de um único comprador ou mudanças nas políticas públicas ou no mercado de reciclagem. As diferentes formas de coleta de recicláveis no Brasil refletem as complexidades do setor de reciclagem, incluindo questões relacionadas à inclusão social, sustentabilidade ambiental e governança institucional.

Para Dias et al. (2009), as inter-relações entre produção/trabalho, ambiente e saúde são profundamente influenciadas pelo modo de produção e consumo predominante em qualquer sociedade. Esses elementos formam um tecido complexo que molda as condições de vida, o perfil de adoecimento e morte das pessoas, a vulnerabilidade de diferentes grupos sociais e a degradação ambiental. O modo de produção determina não apenas como os bens são produzidos, mas também as condições nas quais o trabalho é realizado. Em contextos nos quais prevalecem práticas de produção intensivas e que visam principalmente o lucro, frequentemente observamos condições de trabalho precárias, exposição a substâncias tóxicas, jornadas extenuantes e falta de proteções adequadas para os trabalhadores. Isso afeta



diretamente a saúde física e mental dos trabalhadores e contribui para taxas elevadas de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Por outro lado, o ambiente no qual a produção ocorre e no qual as pessoas vivem é crucial para a saúde humana. A poluição do ar, da água e do solo, causada muitas vezes pela produção industrial desenfreada e pelo uso indiscriminado de recursos naturais, pode resultar em uma série de problemas de saúde pública, como doenças respiratórias, câncer e distúrbios neurológicos. Populações que vivem em áreas próximas a indústrias pesadas ou centros urbanos densamente poluídos são particularmente vulneráveis a esses impactos negativos. Além disso, o modelo de consumo predominante em uma sociedade também desempenha um papel crucial. O consumo excessivo e o desperdício geram uma pressão crescente sobre os recursos naturais e contribuem para a geração de resíduos que, muitas vezes, são mal geridos e acabam contaminando o meio ambiente. Isso agrava a degradação ambiental e coloca em risco a saúde das pessoas que dependem desses recursos para sobreviver.

Esses trabalhadores, como resultado das disparidades originadas pelo sistema econômico capitalista, têm uma trajetória marcada por uma condição de trabalho precária e fragilizada. Frente à falta de opções de emprego que exijam afiliação ou contratação formal, eles enxergam na atividade de coleta de resíduos uma alternativa, muitas vezes devido à falta de oportunidades em outros setores ou à falta de acesso à educação e qualificação profissional.

Importante considerar que a desigualdade econômica, social e educacional é uma realidade persistente em muitos países, especialmente aqueles com economias baseadas no sistema capitalista. Nesse cenário, certos grupos de trabalhadores, como aqueles com histórico de baixa escolaridade, falta de qualificação profissional ou pertencentes a comunidades marginalizadas, enfrentam desafios adicionais na busca por oportunidades de emprego estáveis e remunerativas.

Já a coleta de resíduos pode ser vista como uma atividade acessível a esses trabalhadores, uma vez que não requerem formalidades como registro ou vínculo empregatício. Isso acaba por ser atrativo para aqueles que enfrentam obstáculos para entrar no mercado de trabalho formal, seja devido à falta de habilidades específicas exigidas por outras ocupações, à discriminação no processo de contratação ou à falta de recursos para investir em educação e treinamento. Além disso, a coleta de resíduos, muitas vezes, oferece uma oportunidade de autogestão do trabalho, permitindo aos trabalhadores um certo grau de independência e flexibilidade em suas atividades diárias. Isso pode ser particularmente valioso para aqueles que enfrentam restrições geográficas ou familiares que dificultam a adesão a empregos tradicionais. No entanto, é importante reconhecer que a escolha da coleta de resíduos como meio de subsistência muitas vezes é uma resposta às limitações estruturais impostas pela desigualdade social e econômica, e não necessariamente uma escolha preferencial. Muitos trabalhadores envolvidos nessa atividade enfrentam condições de trabalho perigosas, exposição a produtos químicos nocivos, falta de acesso a benefícios sociais e estigma social, enquanto a coleta de resíduos pode oferecer uma saída em meio à falta de oportunidades.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos catadores é a falta de reconhecimento e respeito pela sua profissão. Muitas vezes, são vistos como trabalhadores de baixa qualificação ou até mesmo marginalizados pela sociedade; para Filipak (2020), “são incluídos socialmente por ter um trabalho, mas excluídos da sociedade pelo tipo de atividade precária”. Isso pode levar à estigmatização e à discriminação, afetando sua autoestima e dignidade. Além disso, as condições de trabalho dos catadores são extremamente precárias. Eles frequentemente operam em ambientes insalubres, expostos a riscos à saúde, como doenças infecciosas e produtos químicos tóxicos presentes nos resíduos. A falta de equipamentos de proteção adequados e a ausência de medidas de segurança contribuem para tornar seu trabalho ainda mais perigoso.

Outro desafio enfrentado pelos catadores é a instabilidade econômica. Muitos dependem exclusivamente da venda dos materiais recicláveis coletados para sustentar suas famílias, e estão sujeitos a variações nos preços desses materiais no mercado. Isso os expõe a situações de vulnerabilidade financeira e dificuldades para garantir uma renda estável. A falta de direitos trabalhistas básicos, como



salários dignos, seguro saúde e aposentadoria, perpetuando o ciclo de pobreza e marginalização social. A maioria dos catadores não possui qualquer forma de proteção social, o que os deixa ainda mais vulneráveis a eventos adversos, como acidentes de trabalho ou doenças incapacitantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos dados de saúde da cooperativa ASCAMAR, foi possível identificar que os trabalhadores frequentemente apresentam quadros de infecções respiratórias agudas, dores musculares, gastroenterite e, em alguns casos, miíase. Observou-se, também, uma baixa frequência ou ausência de consultas odontológicas. No caso das mulheres, foi notada a falta de realização periódica de exames preventivos, além de ausências em consultas médicas especializadas, sessões de fisioterapia e exames laboratoriais.

Mesmo com os avanços na conscientização sobre a importância do trabalho dos catadores e na implementação de políticas de gestão de resíduos, é importante reconhecer que esses profissionais ainda enfrentam uma série de dificuldades significativas. Os catadores de recicláveis, continuam a vivenciar condições de trabalho precárias, exposição a agentes nocivos, falta de acesso a serviços de saúde adequados e estigma social, o que os coloca em maior risco de doenças ocupacionais, lesões, doenças infecciosas e problemas de saúde mental. Além disso, as desigualdades sociais também afetam o acesso a cuidados de saúde preventivos, diagnóstico precoce e tratamento adequado. Populações de baixa renda, por exemplo, podem enfrentar barreiras financeiras, geográficas e culturais para acessar serviços de saúde, o que pode resultar em diagnóstico tardio e progressão de doenças.

O campo da saúde ambiental se refere ao estudo dos fatores ambientais que afetam a saúde humana, incluindo a qualidade do ar, da água, dos solos, exposição a substâncias tóxicas, entre outros. Por outro lado, a saúde do trabalhador foca nos impactos que as condições laborais podem ter sobre a saúde dos trabalhadores, considerando tanto aspectos físicos quanto psicossociais do ambiente de trabalho. Ambas as áreas são interdisciplinares por natureza, envolvendo não apenas aspectos médicos, mas também sociais, econômicos e políticos. No entanto, é comum que essas questões sejam tratadas de maneira isolada e fragmentada, muitas vezes limitando-se a intervenções médico-assistenciais que lidam apenas com os sintomas visíveis das doenças.

Um dos desafios é integrar uma abordagem mais holística, que considere não apenas o tratamento das doenças já manifestadas, mas também a prevenção dessas doenças através da mitigação dos fatores de risco ambientais e ocupacionais. Isso envolve políticas públicas eficazes, regulações ambientais rigorosas, práticas de trabalho seguras e saudáveis, e educação pública sobre os impactos da exposição ambiental e ocupacional na saúde. Além disso, há a necessidade de maior cooperação entre diversos setores, como saúde pública, meio ambiente, trabalho e educação, para abordar de forma integrada os problemas de saúde decorrentes desses processos socioambientais. Isso inclui o monitoramento contínuo dos indicadores de saúde e ambiente, a pesquisa científica para entender melhor as interações entre os fatores ambientais e ocupacionais e seus efeitos na saúde humana, e a promoção de práticas sustentáveis que reduzamos impactos negativos sobre a saúde.

Portanto, é essencial ampliar o debate e as ações no campo da saúde ambiental e da saúde do trabalhador, indo além da visão puramente médico-assistencial, para enfrentar os desafios complexos e interconectados que afetam a saúde das populações em níveis locais, nacionais e globais (Dias et al., 2009).

As desigualdades sociais desempenham um papel crucial na determinação dos padrões de saúde das populações, influenciando diretamente o acesso a serviços de saúde, os determinantes sociais da saúde e as condições de vida e trabalho. Essas desigualdades criam disparidades profundas em termos de acesso a recursos e oportunidades, que por sua vez se refletem em disparidades de saúde entre grupos sociais. Em muitos contextos, as desigualdades sociais estão intrinsecamente ligadas a fatores como renda, educação, ocupação, raça/etnia, gênero e localização geográfica. Populações marginalizadas e



vulneráveis, como os catadores de materiais recicláveis, frequentemente enfrentam múltiplas formas de exclusão e discriminação, o que pode resultar em uma série de impactos negativos em sua saúde e bem-estar. Além do reconhecimento legislativo, a construção de políticas públicas e a implementação de ações integrativas em saúde são fundamentais para abordar as necessidades específicas de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Como esses trabalhadores enfrentam uma série de desafios em sua rotina laboral, incluindo exposição a materiais perigosos, condições precárias de trabalho, falta de acesso a serviços de saúde adequados e estigma social, é essencial que as políticas públicas adotem uma abordagem holística que leve em consideração as questões ambientais e econômicas e, também, o bem-estar físico, mental e social dos catadores. Isso pode incluir a implementação de programas de saúde ocupacional específicos para essa categoria de trabalhadores, que tenham por objetivo prevenir doenças ocupacionais, oferecer acesso a exames médicos regulares e fornecer informações sobre segurança no trabalho e manejo adequado de resíduos, além de que políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho e segurança social para os catadores, bem como iniciativas de sensibilização e educação pública para combater estigmas e preconceitos associados à profissão.

É de extrema importância promover a organização e a capacitação dos próprios catadores, dando-lhes voz e poder para reivindicar por seus direitos e interesses. Trazer protagonismo e visibilidade aos catadores os ajuda a superar

barreiras psicossociais e socioambientais que enfrentam e reconhece sua contribuição vital para a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

5. CONCLUSÃO

As desigualdades sociais e econômicas exacerbam os problemas de saúde, criando uma realidade na qual certos grupos sociais enfrentam uma vulnerabilidade muito maior aos impactos negativos da produção, do ambiente de trabalho e da degradação ambiental. Minorias étnicas, populações de baixa renda, comunidades indígenas e trabalhadores informais frequentemente sofrem mais com condições de trabalho perigosas e ambientes de vida poluídos, resultando em padrões de adoecimento e mortalidade que refletem essas desigualdades estruturais. Portanto, entender e abordar as inter-relações entre produção/trabalho, ambiente e saúde é essencial para promover um desenvolvimento sustentável e justo. Isso requer políticas públicas que não apenas regulamentem a produção e protejam os trabalhadores, mas também promovam práticas de consumo responsáveis e a redução dos impactos ambientais. É fundamental reconhecer que a saúde humana e a saúde ambiental estão intrinsecamente ligadas, e qualquer tentativa de melhorar uma necessita necessariamente abordar a outra de forma integrada e holística. Abordar as raízes da desigualdade se faz de extrema importância na busca de garantir que todos os trabalhadores tenham acesso a condições de trabalho dignas, oportunidades de desenvolvimento pessoal, acesso personificado e articulado nos serviços de saúde e reconhecimento adequado por seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M.do C.B.de; CARDOSO, C.C.O.; ANTUNES, M.C. Condições de trabalho e sintomas relacionados à saúde de catadores de materiais recicláveis em Curitiba. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 36-42, 2009. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v20i1p36-42. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14054>. Acesso em: 01 fev. 2024.



ANUÁRIO DA RECICLAGEM. Disponível em: <https://anuariodareciclagem.eco.br>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BARROS, M. B. S. C.; SOUZA SANTOS, N. R.; VASCONCELOS BEZERRA, A. C.; OLIVEIRA DO Ó, D. M. S.; BATISTA, S. R.; BUSHATSKY, M. A. ONOMATOPEIA DO HOMEM-URUBU: O TRABALHO COM COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, [S.l.], v.6, n.1, p.113–122, 2017. DOI: 10.17564/2316-3801.2017v6n1p113-122.

BASSO, C.; SILVA, I. M. M. 'Já me acostumei': interfaces entre trabalho, corpo e saúde de catadores de materiais recicláveis. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.18, n. 3, p. e00283115, 2020.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2022.

BOLDRIN, T. R. de O. **Análise do programa de coleta seletiva do município de Jandaia do Sul - PR**. 2018. Artigo (Bacharelado em Engenharia Civil) – UNICESUMAR, Maringá, 2018.

CASTILHOS JUNIOR, A. B. DE. et al. **Catadores de materiais recicláveis**: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3115–3124, nov. 2013.

CENTENARO, A. P. F. C. et al. Recyclable waste pickers: life and work in light of the social determinants of health. **Revista Brasileira de Enfermagem** [Internet]. 2021;74(6):e20200902. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0902>.

COELHO, A. P. F. et al. Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida trabalho e saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.37, n.3, p.e57321, 2016.

CONCEIÇÃO, R. da; MARCHI, C.; SILVA, AC do N. Saúde ambiental: a profissão de catador de materiais recicláveis com abordagem de estudo teórico crítico. **Saúde e Sociedade** [S.l.], v.3, pág.e210909pt, 2022. DOI:10.1590/S0104-1290202210909pt. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/204063>. Acesso em: 05 fev. 2024.

DIAS, E. C. et al. Saúde ambiental e saúde do trabalhador na atenção primária à saúde, no SUS: oportunidades e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2061–2070, 2009.



ESCOBAR-RINCÓN, L. P.; DEARCO-CANOLES, O. Del C. Saúde e condições de trabalho dos catadores: revisão de escopo. **Revista Peruana de Medicina Experimental e Saúde Pública** [S. l.], v. 4, pág. 643–52, 2021. DOI: 10.17843/rpmesp.2021.384.9294. Disponível em: <https://rpmesp.ins.gob.pe/index.php/rpmesp/article/view/9294>. Acesso em: 06 fev. 2024.

FILIPAKA, S., OKADAJM, H., SANTOS, DVD. “O motor é a gente mesmo” cuidado em saúde dos trabalhadores da reciclagem. **Interface** (Botucatu). 2020; 24(Supl.1):e190472 <https://doi.org/10.1590/Interface.190472>

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.18, n.2, p.62-71, 2006. DOI:10.1590/S0102-71822006000200009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Catadores de materiais recicláveis**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/catadores-de-materiais-reciclaveis>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Catadores de materiais recicláveis**. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/cidadania/inclusao-e-mobilizacao-sociais/catadores-de-materiais-reciclaveis.shtml#:~:text=A%20profiss%C3%A3o%20dos%20Catadores%20foi,n.%C2%BA%205.192%2D05>. Acesso em: 03 abr.2024.

MOVIMENTONACIONALDOSCATADORESDEMATERIAISREICLÁVEIS (MNCR). **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Disponível em: <https://www.mnrc.org.br/biblioteca/cooperativismo/classificacao-brasileira-de-ocupacoes-cbo>. Acesso em: 31 mar.2024.

NOGUEIRA, Larissa & SILVEIRA, Cristiane & FERNANDES, Karina. (2017). **PERCEPTION OF QUALITY OF LIFE COLLECTORS OF RECYCLABLE MATERIALS**.

OLIVEIRA, A. K. B. de. **Papel do Trabalho na Construção da Vida Social**. Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas e Letras, Maringá. Área: Ciências Sociais Aplicadas (Serviço Social).

PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS. **Journal of Nursing UFPE Online**. V.11., n 7 (2017) <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i7a23445p2718-2727-2017>

RECICLOTECA. **Quem é o catador de materiais recicláveis**. Disponível em: <https://www.recicloteca.org.br/coleta-seletiva/quem-e-o-catador-de-materiais-reciclaveis/>. Acesso em: 02 abr.2024

RIZZOTTI, M. L. A., & NALESSO, A. P. P. (2022). Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. **Serviço Social & Sociedade**, 144, 91–109



SOUZA, D. DE O.; SANTOS, L. B. DOS. Nexo biopsíquico humano no contexto dos catadores de lixo de uma associação do município de Arapiraca-AL. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. e300227, 2020.

SOUZA, G. F. DE. et al. Prevalência e fatores associados a doenças respiratórias e diarreia em trabalhadores de cooperativas de materiais recicláveis da cidade de São Paulo: estudo transversal, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.29, n.3, p. e2019529, 2020.

VASCONCELOS, Joaquim & GUIMARÃES, Sílvia & ZANETI, Izabel. (2018). Condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis: revisão integrativa da literatura. **Sustentabilidade em Debate**. 9. 187. 10.18472/SustDeb.v9n1.2018.25439.

YAMIN, E., & GAVIRAGHI, F. J. (2023). Questão social, brecha digital e tecnologia: expressões de desigualdade na sociedade da informação. **Serviço Social**, 146(3), e6628318

ZOLNIKOV, T. R. et al. **Fechamentos ineficazes de lixões no Brasil**: uma revisão sistemática sobre as condições contínuas de saúde e os riscos ocupacionais dos catadores de lixo. Gerenciamento de resíduos [periódico online], Oxford, v.80, 2018, pp.10.1016/j.wasman.2018.08.047.

